

ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM COIMBRA (1901-1974)

ESCUELAS DE FORMACIÓN DE PROFESORES EN COIMBRA (1901-1974)

TEACHER TRAINING SCHOOLS IN COIMBRA (1901-1974)



Luís MOTA

e-mail: mudamseostempos@gmail.com

António Gomes FERREIRA

e-mail: antonio@fpce.uc.pt

Carla VILHENA

e-mail: cvilhena@ualg.pt

Como referenciar este artigo:

MOTA, L.; FERREIRA, A. G.; VILHENA, C. Escolas de formação de professores em Coimbra (1901-1974). **Rev. Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. esp. 1, e023010, 2022. e-ISSN: 2237-258X. DOI: <https://doi.org/10.30612/eduf.v12in.esp.1.17107>



| Submetido em: 20/12/2021

| Revisões requeridas em: 15/01/2022

| Aprovado em: 18/02/2022

| Publicado em: 22/04/2022

Editora: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

RESUMO: O artigo apresenta uma síntese histórica de um conjunto de instituições regionais de formação de professores do ensino primário em Coimbra, Portugal, de 1901 a 1974. A abordagem visou compreender a evolução dos espaços e edifícios escolares, da administração e do corpo docente e do currículo, desde o plano de estudos até as práticas educacionais. Todas as fontes disponíveis de arquivos, memória e museologia foram mobilizadas e submetidas à análise documental e de conteúdo. Foi realizada uma triangulação de fontes para garantir uma análise mais abrangente e holística. Os resultados permitiram compreender a natureza sinuosa da evolução, com avanços e retrocessos, e identificar mudanças e continuidades.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores. Ensino normal. Magistério primário.

RESUMEN: *El artículo constituye una síntesis, de carácter histórico, sobre un conjunto de instituciones para la formación de profesores de educación primaria, a nivel regional – Coimbra, Portugal –, en el período de 1901 a 1974. El enfoque tuvo como objetivo comprender el significado de la evolución de los espacios y los edificios escolares, la dirección y el profesorado, así como el currículo, el plan de estudios y las prácticas educativas. Se movilizaron todas las fuentes en el campo de los archivos, la memoria o la museología, sujetas al análisis documental y de contenido. En el sentido de un análisis más completo y holístico, se triangularon las fuentes. Los resultados permitieron aprehender el carácter sinuoso de la evolución con avances y retrocesos, así como captar los cambios y la permanencia.*

PALABRAS CLAVE: *Formación docente. Enseñanza normal. Enseñanza primaria.*

ABSTRACT: *The article provides a historical synthesis of a set of regional institutions for training primary school teachers in Coimbra, Portugal, from 1901 to 1974. The approach aimed to understand the evolution of the school spaces and buildings, the administration and teaching staff, and the curriculum, from the study plan to educational practices. All available archives, memory, and museology sources were mobilized and subjected to documentary and content analysis. A triangulation of sources was conducted to ensure a more comprehensive and holistic analysis. The results allowed for understanding the winding nature of the evolution, with advances and setbacks, and identifying changes and continuities.*

KEYWORDS: *Teacher education. Normal education. Primary teaching.*

Introdução

O presente artigo constitui uma síntese de caráter histórico sobre instituições educativas de ensino não superior no âmbito local e regional, mais especificamente em Coimbra. Essas escolas foram criadas com o propósito de formar e profissionalizar professores para o ensino primário, abrangendo os primeiros 3 ou 4 anos de escolaridade, dependendo da época. O enfoque monográfico, considerando as limitações e possibilidades das evidências existentes, baseou-se na definição prévia de categorias a serem contempladas na análise: os espaços e edifícios das escolas, o corpo docente e a direção das escolas, bem como o currículo, desde os planos de estudo até as práticas educativas. Nesse sentido, investiga-se a existência e a trajetória de cada uma das escolas no período de 1901 a 1974: *a Escola Normal para o sexo masculino e a Escola Normal para o sexo feminino (1901–1910)*, *a Escola Normal Primária (1910–1930)* e, por fim, *a Escola do Magistério Primário (1930–1974)*, cuja existência se estendeu até 1989. No entanto, nossa análise, devido à sua dimensão, se encerra com os eventos de abril de 1974. O presente texto é um recorte de um estudo dedicado às instituições de ensino normal primário público em Coimbra.

O curso histórico e suas motivações resultam, em grande parte, das peculiaridades de cada uma das escolas, que as distinguem das demais instituições educacionais contemporâneas. A diferenciação em relação a outras instituições educativas em Portugal, considerando estabelecimentos semelhantes e outros existentes em cada período, ao longo de um extenso tempo, baseia-se, em primeiro lugar, nos destinatários dessas escolas, seja em termos de idade cronológica, gênero ou origem geográfica e socioeconômica. Esses indicadores por si só trazem um alto grau de variação na composição dos alunos, conferindo um potencial de diferenciação em relação às outras escolas. O esforço inicial do Estado em cada época, com o objetivo de homogeneizar por meio de critérios de aprovação e exames de admissão, não deve obscurecer a presença de culturas e valores distintos que, independentemente da proximidade ou da distância em relação à cultura escolar oficial, contribuíram para a adaptação do projeto pedagógico de cada escola, em geral, e de cada uma das escolas de ensino normal em Coimbra, no período de 1901 a 1974, em particular.

Destaca-se o reconhecimento da diversidade existente entre as instituições educacionais (SANFELICE, 2006), que também se aplica às escolas de ensino normal em diferentes períodos, instituições de formação que transmitem a cultura escolar, mas também produzem culturas próprias, o que lhes confere uma “identidade histórica” (MAGALHÃES, 2004, p. 125). Essas instituições, enquanto estabelecimentos de ensino, são uma realidade dentro de outra

realidade, enquadradas em uma escala (inter)nacional por meio de políticas e estruturas educacionais, o que faz com que sua atualização identitária (MAGALHÃES, 2004) ocorra na relação dialética entre a ação dos agentes (liberdade e autonomia) e a estrutura (refletida em normas burocráticas), resultando em “infidelidades normativas” (LIMA, 1998, p. 176), moldadas pelas mudanças de contexto, como econômicas, políticas e sociais, que levam a alterações, às vezes circunstanciais, e oferecem um conjunto de oportunidades que, por si só, constituem um campo para o desenvolvimento de particularidades decorrentes das vicissitudes históricas vivenciadas pelas escolas (MOTA; FERREIRA, 2012).

Essa interpretação visa conciliar uma abordagem das relações estabelecidas pelas escolas com seu ambiente geográfico e sociocultural, bem como a análise de sua realidade interna enquanto instituições, organizações e comunidades influenciadas por suas próprias condições materiais e simbólicas de existência. Para alcançar esse objetivo, são convocadas fontes provenientes de diferentes domínios, como arquivos, memória e museologia (MAGALHÃES, 2004).

Como observação inicial, destaca-se a desorganização dos arquivos do sistema educacional português ou, em algumas situações, a sua completa destruição, impondo dificuldades quase insuperáveis à pesquisa histórica. No caso de Coimbra, a contínua dilapidação do patrimônio educacional do ensino normal tem sido uma realidade difícil de assimilar. A falta de um arquivo verdadeiro no nível do poder central, a inexistência de um arquivo histórico na instituição responsável pelo legado pedagógico e educacional, juntamente com a dependência do poder central que afasta a documentação dos arquivos municipais e distritais — especialmente o Arquivo da Universidade de Coimbra — tornou este empreendimento um desafio laborioso (MOTA; FERREIRA, 2018). A triangulação da escassa documentação com as evidências encontradas em publicações periódicas e nos depoimentos orais coletados permite identificar momentos e compreender alguns processos que marcaram a existência dessas escolas.

Embora a realidade histórica do ensino normal e os esforços comprovados para sua institucionalização em Portugal remontem à segunda metade do século XIX, com a legislação de Rodrigo da Fonseca Magalhães em 1835, visando a criação de uma rede escolar de ensino normal primário, somente no novo século as escolas em Coimbra foram concretizadas para a formação de professores do ensino primário. Sua instalação ocorreu em 1901, uma destinada ao sexo masculino (FREITAS, 1905), e outra ao sexo feminino (COIMBRA, n.d.).

Os espaços e os prédios da escola

Figura 1 – Edifício da Escola Normal Primária de Coimbra (Largo da Sé Velha)



Fonte: Acervo particular

As escolas, entre 1901 e o primeiro lustro da década de quarenta, estiveram instaladas num edifício alugado na freguesia da Sé Nova, no Largo da Sé Velha, em frente à imponente porta da Sé. O edifício fazia esquina com a rua do Cabido (Figura 1¹). Tudo indica, embora não tenhamos evidências documentais anteriores a 1910, que desde 1901 esse edifício abrigou os estabelecimentos do magistério primário na cidade. Nos andares superiores, funcionavam as escolas de ensino normal. No 2º andar, ao centro, nesta foto dos anos oitenta do século XX, ainda é possível identificar o mastro onde era hasteada a bandeira nacional. No rés-do-chão, onde hoje um conhecido restaurante da cidade possui uma porta aberta após a remodelação do edifício, funcionavam as escolas anexas de aplicação.

As instalações, desde o início, foram consideradas acanhadas e, principalmente no início do século XX, as limitações de recursos comprometiam os objetivos pedagógicos das instituições. O mobiliário era reduzido ao mínimo indispensável. Além disso, entre 1901 e 1910, a própria escola anexa não conseguia *atender* à demanda, não conseguindo lidar com o volume de pedidos de admissão de crianças devido às limitações de espaço — uma sala de dimensões reduzidas (FREITAS, 1905).

A instauração da República e a criação da Escola Normal Primária, que funcionava em regime de coeducação, não alteraram a situação. A nova escola no mesmo edifício resultou *naturalmente* nos mesmos problemas. Desde os anos vinte do século XX, havia reivindicações para a construção de um novo edifício, especificamente projetado para o ensino normal em Coimbra. Álvaro Viana de Lemos, professor da Escola Normal Primária de Coimbra, apresentou argumentos sobre sua necessidade, orientações e critérios, incluindo aspectos

¹ A foto, dos anos 80 do século XX, foi-nos amavelmente cedida, em 2006, pelo Sr. Arquiteto Adriano Lucas, neto do antigo proprietário.

pedagógicos, para a construção de novas instalações da Escola Normal Primária de Coimbra, em um artigo na revista dos alunos normalistas de Coimbra em 1926 (LEMOS, 1926). No entanto, o orçamento geral do Estado e as transformações sociopolíticas subsequentes adiaram definitivamente a questão. O assunto só voltaria a ganhar visibilidade em 1947.

Figura 2 – Vista da Quinta da Rainha (Celas). Edifício da EMPC ao centro em baixo



Fonte: Fotografia anónima, sem data. Imagoteca. Biblioteca Municipal de Coimbra

Na verdade, no final do primeiro quinquênio da década de 1940, após a remodelação parcial do edifício que antes abrigava o liceu feminino, a Escola do Magistério Primário de Coimbra (EMPC) mudou-se para uma área mais periférica da cidade, em pleno processo de urbanização. Da Sé Velha, próxima à Universidade, no centro da cidade, a Escola foi transferida para a Quinta da Rainha, próximo à Cruz de Celas (Figura 2). Segundo relatos dos alunos-mestres, havia um ar mais puro e horizontes mais amplos (MAJOAL, 1949).

Aspectos marcantes incluíam as dimensões reduzidas do edifício — apenas duas salas de aula — o que refletia no processo de redução pelo qual todo o ensino normal passou, como a duração da formação e o plano de estudos, além da preocupação com a separação por gênero, evidenciada pela existência de duas salas de espera para os estudantes. As obras de adaptação do edifício ainda estavam em andamento, e a adaptação do ginásio para funcionamento misto na EMPC foi excluída. A escola anexa de aplicação continuou funcionando na Sé Velha. O ar mais puro e os novos horizontes não eliminavam a inadequação do equipamento e dos espaços para as *aulas*, o que foi denunciado pelos alunos-mestres (ENVERGONHADA, 1956).

Figura 3 – Visita às obras da EMPC



Fonte: Fotografia anónima. Imagoteca, Biblioteca Municipal de Coimbra

Como destacou Viñao Frago, uma escola como local requer a atribuição de um espaço estável e fixo, especificamente designado para o ensino. Um espaço com sua própria natureza, planejado, projetado, construído e utilizado exclusivamente para esse propósito (VIÑAO FRAGO, 2001). No entanto, apesar dos desejos dos normalistas e de alguns habitantes de Coimbra, foi necessário esperar até o segundo quinquênio da década de 1950 para que a EMPC fosse instalada em um edifício construído do zero. Em 20 de outubro de 1958, as aulas começaram no novo edifício da EMPC (Figura 3). Sua inauguração ocorreria quase dois anos depois, em 16 de outubro de 1960. Pela descrição e pela recepção contemporânea, o edifício parecia atender às necessidades (MOTA; FERREIRA, 2012).

O prédio abrigaria a EMPC até o fim de sua existência. A partir de 1986, a Escola do Magistério Primário de Coimbra compartilharia o edifício e o espaço com uma instituição de ensino superior, a Escola Superior de Educação. Em 1989, a Escola do Magistério Primário de Coimbra foi definitivamente extinta. Mais de seis décadas após receber suas primeiras aulas, é neste edifício que hoje funciona a Escola Superior de Educação, uma unidade orgânica do Instituto Politécnico de Coimbra. Essa situação, pelo menos, evidencia como as instalações escolares possuem longa duração, persistindo além das reformas e das opções de natureza técnica e pedagógica que estiveram em sua origem (VIÑAO FRAGO, 2001).

Do corpo docente à direção das escolas – a caracterização possível

O corpo docente das escolas normais era selecionado por meio de concursos de provas públicas e, segundo a legislação, o quadro das escolas normais previa 7 professores efetivos (PORTUGAL, 1902). A designação dos tipos de professores, como “vitalícios” ou “com provimento temporário”, “efetivos”, “auxiliares”, entre outros, variou ao longo da existência

das instituições (PINTASSILGO; MOGARRO; HENRIQUES, 2012). O legislador estabeleceu, no início do século XX, que para lecionar no ensino normal em Portugal era necessário possuir uma qualificação legal para o magistério, o que implicava que os professores do ensino primário seriam formados exclusivamente por profissionais da área (PORTUGAL, 1902). O regulamento do decreto, publicado no ano seguinte, foi mais específico, determinando que apenas indivíduos com diploma de aprovação no curso das escolas normais ou habilitação para o magistério poderiam se candidatar aos concursos (PORTUGAL, 1903). No entanto, apesar da limitada informação disponível, parece que essa situação não foi verificada nas escolas normais de Coimbra entre 1901 e 1910.

No âmbito da Escola Normal de Coimbra, para o sexo masculino, foram identificados sete professores efetivos, sendo cinco deles bacharéis. Além do diretor Agostinho Viegas da Cunha Lucas, também estavam presentes, Carlos da Silva Oliveira, Macário da Silva, José Falcão Ribeiro, João dos Santos Donato e o padre Ricardo Simões dos Reis. Além disso, mencionaram-se dois professores contratados, Augusto da Costa Martins e Francisco Lopes Lima de Macedo (FREITAS, 1905).

Com um corpo docente que compreende, pelo menos, 78% de professores efetivos, é evidente a sua estabilidade, assim como 71% dos docentes possuíam diplomas do ensino universitário. Isso demonstra um corpo docente com alto nível de preparação científica para a época, embora se possa questionar sobre a adequação de sua formação acadêmica e seu envolvimento reflexivo na educação em geral e na formação de professores em particular.

Como indicador, constata-se que, com exceção de José Falcão Ribeiro, nenhum dos demais professores consta no Dicionário dos Educadores Portugueses (NÓVOA, 2003). Ele possuía uma formação diversificada, tendo cursado Filosofia Natural em 1896 e Direito em 1903. Comprometido com a educação e o ensino, atuou como professor nos níveis primário, complementar e liceal, assumindo a docência da cadeira de Pedagogia no ensino normal a partir de 1903. Além disso, teve envolvimento na imprensa educacional, dirigiu estabelecimentos escolares e ocupou o cargo de diretor de instrução pública em Angola (NÓVOA, 2003).

O diretor era nomeado pelo governo, sendo selecionado entre os professores da escola que exerciam ou haviam exercido funções no magistério superior, ou secundário. Alternativamente, poderiam ser portadores de diploma do curso das escolas normais e ter exercido funções docentes em uma das três escolas normais para o sexo masculino. Essa função foi atribuída a Alfredo de Freitas, médico e professor da Escola Normal Superior anexa à Universidade de Coimbra. Ele lecionou disciplinas como Metodologia Especial das Ciências

Matemáticas (1916–1917) e Metodologia Especial do Desenho (1923–1924, 1927–1929), além de ser professor no Liceu José Falcão. Como figura central na vida da escola, detinha poder de supervisão e fiscalização sobre a comunidade escolar. Conforme consta em seu relatório, o diretor tinha como principais objetivos: verificar a pontualidade e assiduidade nos exercícios escolares, manter a disciplina dentro e fora da sala de aula e garantir o cumprimento integral dos programas, mesmo que criticasse seu excessivo desenvolvimento e a falta de articulação dos conteúdos, respeitando as propostas didáticas contidas neles (FREITAS, 1905).

A Escola Normal para o sexo feminino enfrentou, por diversas razões, uma maior variação no corpo docente, embora tenha mantido (praticamente) o mesmo número de professores efetivos. Dentre eles, destaca-se Adriana Josefina Martins Ribeiro Saraiva, que ingressou na escola em 1908, vinda da Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário de Castelo Branco (HENRIQUES, 2012); António Augusto Cortezão, médico e filho de Jaime (Zuzarte) Cortezão, figura proeminente na política e cultura portuguesas do século XX; António Cândido D'Almeida Leitão (desde 1907); António Couceiro Martins; Francisco Adolpho Manso Preto (até 1906); Guilhermino Augusto de Barros; Ismael de Moura Tavares, bacharel em Direito; e o padre José Correia Marques Castanheira (desde 1908)², embora apenas em 1908 cumpra o exigido por lei. O corpo docente também contava com três professoras contratadas: Ester D'Azevedo Pestana, Maria Eliza da Silva (desde 1904) e Palmira da Cunha Sequeira.

Em relação às qualificações do corpo docente, destaca-se o fato de haver cinco bacharéis e um licenciado, embora nem todos tenham coincidido em sua passagem pela escola. Este estabelecimento educacional contava permanentemente com cinco professores com diploma universitário, o que o colocava em situação semelhante à escola masculina correspondente. Neste corpo docente, merece destaque Francisco Adolpho Manso Preto, o mais qualificado do grupo, doutor em Matemática (PINTO, 2012), professor no Liceu Central de Coimbra, membro do Observatório Astronômico de Coimbra e autor de aproximadamente vinte publicações, abrangendo tanto o campo da matemática (PRETO, 1873) quanto manuais para os níveis normal (PRETO, 1903), liceal (PRETO, 1881) e primário (PRETO, 1881).

² Autor de um conjunto de manuais para os ensinos normal e primário: **Compêndio de moral e doutrina cristã, direitos e deveres dos cidadãos, economia doméstica**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1904; **Doutrina cristã e moral**: para uso dos alunos das Escolas primarias em harmonia com os programmas officiaes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1903; **Elementos de moral coordenados de harmonia com o programma official para uso das escolas normais e districtais**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1902.

Como diretor, Guilhermino Augusto de Barros foi nomeado em 1901. Ele era filho do escritor, poeta, juiz e político homônimo, e também ocupou outros cargos públicos. No entanto, ele era profissionalmente comprometido com a educação e o ensino. Além de ser professor efetivo na Escola Industrial e Comercial de Avelar Brotero, ele também lecionou no ensino universitário como professor de Metodologia e Ciências Histórico-Geográficas na Universidade de Coimbra.

No último trimestre de 1910, a mudança de regime resultou em mudanças naturais, incluindo a substituição da direção das escolas normais de Coimbra. António Cândido d'Almeida Leitão foi nomeado diretor de ambas as escolas, encarregando-se do período de transição até a criação das novas instituições de formação de professores. O aspecto mais marcante de sua liderança foi, em primeiro lugar, a longevidade. Com a revolução republicana, ele assumiu a direção das duas escolas e teve a responsabilidade de fundir as duas instituições de ensino normal. Ele liderou a Escola Normal Primária de Coimbra, da qual fez parte da comissão instaladora, até sua extinção, desempenhando assim duas décadas na direção da(s) instituição(ões) de ensino normal da cidade. Ele também demonstrou determinação e iniciativa ao aproveitar as medidas legislativas de 1914 do então Ministro da Instrução, Sobral Cid, para criar a primeira Escola Normal Primária em Coimbra, que funcionou até a criação oficial e entrada em operação das escolas normais primárias (MOTA; FERREIRA, 2012) — a de Lisboa em 1918, e as de Coimbra e Porto em 1919.

Figura 4 – Professores da Escola Normal Primária de Coimbra (1919-1930)

Nome	Período	Observações
Adriana Josefina Martins Ribeiro Saraiva	1919-1926	Escola Primária Superior (12-1922)
Agostinho Jorge da Silva	1919-1930	Liceu Central Dr. José Falcão (12-1922)
Alberto Cardoso Pires de Figueiredo	1919-1930	Liceu Central Dr. José Falcão (12-1922)
Alice Baptista de Figueiredo e Oliveira	1919-1930	(12-1922)
Álvaro Viana de Lemos	1919-1930	(12-1922)
António Cândido de Almeida Leitão	1919-1930	Diretor 1919-1930
António Lopes de Moraes Silvano	1919-1930	Escola Nacional de Agricultura de Coimbra (12-1922); Comissário Geral da Polícia
Armando Augusto Leal Gonçalves	1919-1930	Médico escolar; (12-1922)
Augusto César Gomes Soeiro	1919-1923	Liceu Central Dr. José Falcão (12-1922); adido desde 1923.
Bernardino da Fonseca Lage	1919-1930	Escola Primária Superior de Coimbra (12-1922)
Carlos da Costa Mota	1919-1930	Assistente de 2ª da Faculdade de Medicina (12-1922)
Ema Alves das Neves	1924-1930	
Ema Vidal Pinheiro	1927-1930	
Henrique António das Neves Bravo	1919-1930	Em comissão na Escola Normal Primária de Lisboa (6-1926)
Henrique Videira e Melo	1919-1930	Adido em junho de 1926.
João Vasco de Carvalho	1919-1930	Engenheiro agrónomo (12-1922)
Joaquim Afonso Fernandes Duarte	1919-1930	Liceu Infanta D. Maria de Coimbra (12-1922)
Joaquim Simões Pereira	1919-1930	Liceu de Évora (12-1922)
José de Menezes Torres	1923-1926	
José Falcão Ribeiro	1919-1930	Escola Primária Superior de Coimbra (12-1922)
José Rodrigues Costa	1923-1927	
José Tomás da Fonseca	1919-1930	(12-1922)
Manuel Pina de Almeida	1927-1930	
Silvio Péllico de Oliveira Neto	1919-1930	Escola Comercial de Coimbra (25-11-1922); Instituto Comercial e Industrial; adido em junho de 1926.

Fonte: Elaborado pelos autores

A renovação das escolas e seus propósitos implicou em mudanças profundas no currículo, que só poderiam ser realizadas com o aumento do corpo docente, como pode ser observado aqui (Figura 4)³. Dos professores e professoras da Escola Normal Primária de Coimbra, apenas cerca de 21% provêm do quadro da escola anterior a 1919, são eles: Adriana Josefina Martins Ribeiro Saraiva, António Cândido d'Almeida Leitão, Bernardino da Fonseca Lage, José Falcão Ribeiro e José Tomás da Fonseca. Isso representa uma renovação profunda do corpo docente, indicando a preocupação do poder político em melhorar a qualidade da educação oferecida no ensino normal, seja por meio da redução para apenas três escolas normais, seja pela qualidade do corpo docente.

Ao analisar a ausência de registros de seus conceitos, ações educacionais e práticas durante esse período, especialmente considerando os novecentos educadores e educadoras listados no Dicionário de Educadores, editado por António Nóvoa, constatamos que apenas 25% (seis) deles têm biografias no livro (NÓVOA, 2003). Para efeitos de comparação, no mesmo período de existência, a Escola Normal Superior (1915–1930) da Universidade de Coimbra tem 75% do seu corpo docente mencionado no referido Dicionário (FERREIRA; MOTA, 2013). Mais significativo ainda para avaliar a verdadeira medida da transformação qualitativa do corpo docente do ensino normal primário em Coimbra é que desses seis professores com biografias, dois já eram professores nas Escolas Normais de Coimbra no início do século, como no caso de António Cândido d'Almeida Leitão e José Rosa Falcão Ribeiro, e quatro, incluindo Bernardino da Fonseca Lage e José Tomás da Fonseca, já lecionavam na antiga Escola Normal Primária (1914–1919), representando 16% do corpo docente da nova escola. No entanto, essa análise serve apenas como um indicador e deve ser usada como ponto de partida para uma reflexão sobre esse aspecto. Por fim, a profunda reestruturação da rede escolar de ensino normal e as modificações no currículo introduziram uma melhoria inquestionável na qualidade da educação oferecida.

No desenvolvimento do processo político iniciado em 28 de maio de 1926, é criada, em 1930, a Escola do Magistério Primário de Coimbra (EMPC), na sequência da extinção das escolas normais primárias. A evolução do seu corpo docente acompanha, necessária e *naturalmente*, os processos de transformação da formação social portuguesa, da consequente

³ Quadro elaborado com base nos seguintes documentos: PORTUGAL. Escola Normal Primária de Coimbra. **Caderno de folhas de vencimentos da Escola Normal Primária de Coimbra 1919-1925**. Coimbra: Depósito da Escola Superior de Educação, 1919-1925; PORTUGAL. Escola Normal Primária de Coimbra. **Caderno de folhas de vencimentos da Escola Normal Primária de Coimbra 1926-1930**. Coimbra: Depósito da Escola Superior de Educação, 1926-1930.

política educativa e dos objetivos cometidos aos estabelecimentos de ensino da sua natureza. Uma tendência geral para o seu alargamento atravessa toda a segunda metade do século XX, fruto da massificação do sistema educativo e da procura social de educação. O primeiro sexénio de existência, contudo, constituiu um período de transição e de substituição de legitimidade política, em que o ensino normal foi objeto de um sucedâneo de decisões, tantas vezes contraditórias entre si (MOTA; FERREIRA, 2012). A novel Escola de Coimbra estaria no epicentro dos acontecimentos, tendo o seu projeto educativo e a ação pedagógica dos seus professores sido, em termos locais e nacionais, pública e politicamente questionada e a instituição viu-se a braços com um inquérito de que resultaria, em 1936, a suspensão das matrículas no 1º ano (MOTA, 2007).

A reabertura das matrículas nas escolas em 1942 consagrou o modelo escolar como o mais adequado para a formação inicial de professores. Durante o período do Estado Novo, o corpo docente da Escola do Magistério Primário de Coimbra manteve-se estável, com um número de professores variando entre oito e doze de 1943 a 1954, e entre onze e catorze de 1962 a 1974.

Desde 1942, a Escola teve dois diretores. O primeiro foi Mário dos Santos Guerra, que ocupou o cargo até 1946. Ele era professor do ensino liceal e, posteriormente, tornou-se reitor de um dos liceus da cidade. O segundo diretor foi Francisco de Sousa Loureiro, que conduziu a instituição até às mudanças sociais e políticas resultantes de abril de 1974.

Durante esses 28 anos, a EMPC teve uma liderança compartilhada entre o diretor e José Maria Gaspar, o professor de Didática Especial. A legislação já destacava esses dois cargos nas escolas de magistério primário, sendo que ao diretor interessava lecionar Pedagogia, e ao professor de Didática Especial cabia a ligação com a prática educativa. Esse último professor, em particular, desempenhava um papel de grande importância que ultrapassava essa atribuição específica.

Francisco de Sousa Loureiro (NÓVOA, 2003) era licenciado em Letras e exerceu o cargo de diretor da EMPC entre 1946 e 1974. Ele foi um dos protagonistas na construção do sistema de ensino normal em Portugal, a partir dos anos 1940, defendendo uma educação com caráter nacionalista. Além disso, ele também foi autor de obras sobre educação, incluindo as *Lições de Pedagogia e Didática Geral* (LOUREIRO, 1950), que serviam como suporte para suas atividades como professor e para o estudo de seus alunos.

Por sua vez, José Maria Gaspar (NÓVOA, 2003), possuía uma formação mais diversificada, tendo realizado estudos preparatórios de Filosofia e Teologia no Seminário. Ele

possuía o diploma do magistério primário e o curso de Ciências Pedagógicas. Católico e nacionalista, tinha profundas ligações com o Estado Novo e a Igreja. Ele atuou como membro da Junta Nacional de Educação e participou dos trabalhos da União Mundial dos Educadores Católicos. Além disso, ele foi um colaborador frequente da imprensa especializada em educação e ensino, sendo autor de livros sobre diversos temas, incluindo a didática especial (GASPAR, 1959), que refletiam suas aulas, a legislação do ensino normal primário e primário, e a educação de adultos.

O recrutamento de docentes para lecionarem na EMPC, em regime de acumulação, era realizado nos liceus da cidade, especialmente no Liceu Normal D. João III, para os casos de Educação Física, Educação Moral e Cívica, bem como para a disciplina de Música e Canto Coral. No Liceu Nacional Infanta D. Maria, o recrutamento focava na seleção de professoras para a área de Educação Física. Posteriormente, dois professores do Liceu D. Duarte também passaram a lecionar na Escola do Magistério, nas disciplinas de Desenho, Trabalhos Manuais e Educação Física. Em conjunto, devido à falta de docentes efetivos na EMPC e à dependência do recrutamento em instituições do ensino secundário, isso pode ter dificultado o desenvolvimento da profissionalidade e a construção de identidades profissionais para os professores do ensino normal primário.

O currículo, dos planos de estudos à prática educativa

O currículo estabelecido por decreto (PORTUGAL, 1901) em 1901 e pelo regulamento (PORTUGAL, 1903) do ano seguinte definia um curso com duração de três anos, e estabelecia as seguintes disciplinas no plano de estudos: 1ª Língua e literatura portuguesa; 2ª Língua francesa; 3ª Aritmética prática e geometria elementar, noções de escrituração comercial e agrícola; 4ª Moral e doutrina cristã, direitos e deveres dos cidadãos, economia doméstica; 5ª Geografia, cronologia e história com especialidade a de Portugal; 6ª Caligrafia, desenho linear e de ornato, cópia de mapas; Elementos de ciências naturais e suas aplicações à agricultura e à higiene; noções de agricultura prática; 7ª Pedagogia e, em especial, metodologia do ensino primário, legislação da Escola Primária Portuguesa; 8ª Ginástica; 9ª Música; e na escola normal para o sexo feminino acrescia uma 10ª Trabalhos de agulha e labores (PORTUGAL, 1903). O plano de estudos revela um esforço em agregar e reduzir temáticas de algumas disciplinas, no entanto, o curso mantém seu caráter teórico. A carga horária estava se aproximando dos padrões

atuais, variando entre 25 e 29 horas semanais, com variações entre as classes e entre a escola normal para o sexo masculino e feminino (PORTUGAL, 1903).

A componente de ciências da especialidade e formação geral, representando cerca de 90%, mantém um peso excessivo, e as disciplinas têm uma natureza predominantemente acadêmica, perdendo inclusive a ênfase nos exercícios práticos. Com pequenas variações, a parte pedagógica continua a ser enfatizada. Nas escolas normais em Coimbra, as aulas ocorriam de segunda-feira a sábado, das 9h00 às 16h00. Podemos observar, como exemplo, os horários da 1ª e 2ª classe da Escola Normal para o sexo masculino (Figura 5).

Figura 5 – Horário semanal da 1ª e 2ª classe da Escola Normal para o sexo masculino (ano letivo de 1903-1904)

Horas	Classes	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
9H00-10H00	1ª	Pedagogia	Francês	Moral, direitos e deveres	Francês	Pedagogia	Francês
	2ª	Francês	Pedagogia	Francês	Pedagogia	Francês	Moral, direitos e deveres
11H15-12H15	1ª		Geografia	História		Geografia	História
	2ª	Aritmética		Aritmética	Prática da escola anexa	Aritmética	Aritmética
12H30-13H30	1ª	Aritmética		Aritmética			História
	2ª		Geografia	História	Prática da escola anexa	Geografia	
13H45-14H45	1ª	Português	Português	Desenho	Geometria	Português	Desenho
	2ª	Ciências Naturais	Música	Ciências Naturais	Ginástica	Ciências Naturais	Português
15H00-16H00	1ª	Ciências Naturais	Ginástica	Ciências Naturais	Música	Ciências Naturais	Português
	2ª	Português	Português	Desenho	Geometria	Português	Desenho

Figura V - Horário semanal da 1ª e 2ª classe da Escola Normal para o sexo masculino (ano letivo de 1903-1904)

Fonte: Freitas (1905)

A articulação entre o ensino da ciência da educação e a prática de ensinar, ou seja, o que é aprendido na escola normal e o que é aplicado e praticado na escola anexa, é a preocupação central na formação de professores. O atraso na regulamentação da prática de ensino, mais de dois anos após a publicação do Regulamento (PORTUGAL, 1905), exigiu um esforço adicional de organização (e improvisação) dos *exercícios práticos de metodologia e processologia especiais*. Esses exercícios práticos eram considerados fundamentais e receberam atenção cuidadosa, como destacado por Alfredo de Freitas. Em Coimbra, foi encontrada uma solução provisória, realizando-os às quintas-feiras (Figura 5), uma vez que eram supervisionados pelo professor da escola anexa de aplicação. Apesar da precariedade na execução, o diretor da escola assegurava, em seu relatório, que os exercícios abrangiam as diferentes disciplinas do programa de instrução primária e eram considerados úteis, além de proporcionarem aos alunos do 2º ano a oportunidade de demonstrar habilidades pedagógicas (FREITAS, 1905).

As *Instruções* marcaram o início da regulamentação da prática de ensino, estabelecendo as finalidades, diretrizes, participantes e suas respectivas funções, atividades, calendário e métodos de avaliação. Elas delinearam o perfil do profissional, descrevendo-o como alguém que possui conhecimento em doutrinas pedagógicas e uma vocação *especial para a arte de*

educar e ensinar. A prática tinha como objetivo proporcionar ao estudante da escola normal uma experiência prática na vida da escola, preparando-o para desempenhar funções docentes de natureza executiva, organizativa e interativa. No terceiro ano, o aluno-mestre já supervisionava uma turma, sendo responsável por elaborar um esquema ou programa de aulas, sujeito à aprovação do professor de Pedagogia. A importância do professor de Pedagogia e o reconhecimento do conhecimento prático do professor da escola anexa são aspectos de grande importância. No entanto, o afastamento dos professores das disciplinas da especialidade e da formação geral agravou a falta de conexão entre teoria e prática e empobreceu a formação (BAPTISTA, 2004).

O plano de estudos, em vigor a partir de 1920 (SAMPAIO, 1975), baseia-se na estrutura estabelecida pelo decreto de 10 de maio de 1919 (PORTUGAL, 1919a). Ele inclui disciplinas de ciências da educação ou disciplinas formais para o professor, tais como História da Instrução Popular em Portugal, Psicologia Experimental e Pedologia, Pedagogia Geral e História da Educação, Noções de Higiene e Higiene Escolar, Metodologia e Legislação do Ensino Primário (GOMES, 1996). Além disso, há um bom número de outras disciplinas que podem ser categorizadas da seguinte maneira:

i. No âmbito das ciências ou disciplinas “aplicativas ou instrutivas”, temos aquelas relacionadas à “educação estética”, como Modelação e Desenho, Trabalhos Manuais, Música e Canto Coral, Educação Física, Costura e Lances. Essas disciplinas eram consideradas essenciais na reforma republicana, pois eram vistas como a base da aprendizagem na escola ativa.

ii. No domínio das “ciências sociais”, incluíam-se disciplinas como História da Civilização relacionada à História Pátria, Noções de Direito Usual e Economia Social, Noções de Economia Doméstica e Educação Social. Essas disciplinas eram justificadas pela diversidade de funções sociais atribuídas aos professores republicanos, tanto dentro quanto fora da escola.

iii. No campo da “educação intelectual”, destacavam-se as Ciências Físico-químicas e Naturais, a Geografia Geral, a Corografia de Portugal e Colônias, a Língua e Literatura Portuguesas, as Matemáticas Elementares e Noções de Agricultura e Economia Rural.

iv. A Prática de Ensino (PORTUGAL, 1919a).

Uma estrutura curricular que refletia o desejo de acompanhar o movimento científico e pedagógico europeu conferia ao professor do ensino primário um novo estatuto profissional e social. Essa situação lhe proporcionava uma educação embasada em abordagens inovadoras, fundamentadas nas descobertas científicas da pedagogia moderna, além de um vasto

conhecimento enciclopédico como base para adquirir um conjunto de competências e habilidades científicas e pedagógicas indispensáveis ao exercício da profissão docente em uma sociedade orientada para o progresso.

Impregnados pelo espírito da Educação Nova, os programas curriculares eram a concretização das Ciências da Educação, abrangendo cinco grandes abordagens: pedagógica, psicológica, sociológica, histórica e metodológica. Cada programa continha instruções pedagógicas a serem seguidas durante o seu desenvolvimento, com o objetivo de enfatizar o caráter profissional do ensino nas escolas normais. Essas instruções eram compostas por diretrizes e princípios pedagógicos que fundamentavam sua aplicação nos programas das escolas primárias. Como resultado, as disciplinas eram organizadas em torno de três eixos: revisão dos conhecimentos adquiridos, aprofundamento dos conhecimentos e metodologia de ensino da disciplina.

No cômputo geral, a parte pedagógica assume um peso significativo de 23%, e a pedagogia reivindica um estatuto científico por meio do estudo dos fatos educativos. O objetivo é capacitar os professores para uma intervenção pedagógica qualificada e competente, buscando conhecer cientificamente quatro vertentes: os objetivos, os meios a serem mobilizados, os contextos e os destinatários.

No campo da Pedagogia, sendo avaliado aqui através da leitura dos “Elementos de Pedagogia” do diretor da escola, António Cândido d'Almeida Leitão, o estudo é estruturado em três partes. A primeira parte aborda a organização geral da escola, tratando de temas como educação em geral, organização material e mobiliário da escola, doenças escolares, organização pedagógica e disciplina. Na segunda parte, o autor se dedica ao estudo da metodologia e processo de ensino primário e da Psicologia, centrando-se no conhecimento dos fatos psicológicos, como a inteligência, afetividade e vontade. Encerra com o tema da educação integral e a história da pedagogia e da instrução popular portuguesa, abordando brevemente Pestalozzi, Froebel e Spencer, limitando-se ao século XIX. Por fim, o estudo da instrução popular portuguesa, com início em 1772, aborda sua evolução até a reforma de 1901. Independentemente do tratamento dado a cada tema, que pode ser mais ou menos superficial, é difícil considerar que as 8 horas semanais ao longo do curso sejam suficientes para um estudo minucioso que permita uma efetiva articulação com a prática educativa, especialmente no que diz respeito à metodologia e ao processo de ensino (LEITÃO, 1918).

Não obstante, a Pedagogia, percebida como a ciência da educação, uma ciência que agrega e mobiliza conhecimentos — como a Psicologia e a Metodologia —, é o fundamento da

educação. A escola normal, como um estabelecimento de ensino essencialmente profissional, deveria centrar-se no estudo dos fatos, a partir de sua observação. Essa perspectiva destaca o método de ensino positivo e experimental, no qual os ensinamentos devem partir dos fatos observados para as ideias (teoria). Nesse contexto, os meios de ensino adquirem uma importância particular, evidenciando a relevância da metodologia.

Das atividades e reflexões docentes analisadas, destaca-se o livro “Vinte e Oito Lições de Metodologia”, de Bernardino da Fonseca Lage, que compreenderá como se criava um “espírito profissional metodizado” (PORTUGAL, 1919b). Pelo prefácio de Lage, fica claro que o objetivo era disponibilizar aos alunos um livro que auxiliasse a aquisição de conhecimentos, facilitando sua preparação técnica. Ele reconhece a posição central que a Metodologia adquiriu no ensino normal. No entanto, Bernardino Lage não deixou de expressar seu distanciamento em relação ao programa oficial, considerando-o inadequado para o nível de ensino a que se destinava e mal estruturado, o que, em sua opinião, resultava em repetições desnecessárias de assuntos.

A disciplina de Metodologia era dividida em 36 e 32 aulas para o 1º e 2º semestres, respectivamente, na 1ª classe. Diante disso, o professor dividiu suas lições, além da introdução, em duas partes. Na introdução, composta por três lições, ele trata da própria metodologia, de suas relações com a lógica e do método em geral. Na primeira parte, intitulada “Metodologia das Ciências”, ele analisa a classificação e a ordem das ciências, as ciências e os métodos, além dos diversos métodos das ciências, ao longo de um conjunto de nove lições. As dezesseis lições restantes compõem a 2ª e última parte, “A Metodologia da Educação ou Metodologia Pedagógica”. As primeiras cinco lições são dedicadas a problemas metodológicos, abordando os diferentes aspectos a serem conhecidos sobre a criança e a importância de dominar esse conhecimento. Em seguida, ele discute o método pedagógico geral e faz uma explanação sobre a história dos métodos de educação, desde o século XVI até Ferrer e o método “racional”. Nas lições de vinte e dois a vinte e seis, ele se aprofunda em elementos metodológicos essenciais na prática educativa. As duas últimas lições são dedicadas à metodologia da educação maternal, primária e primária superior (LAGE, 1922).

Figura 6 – Plano de estudos das Escolas do Magistério Primário

Disciplinas	1942				1960				
	1º S	2º S	3º S	Total	1º S	2º S	3º S	4º S	Total
Pedagogia e didáctica geral [e História da Educação]	5	-	-	5	4	4	1	1	10
Psicologia aplicada à educação	3	6	-	9	4	3	3	2	12
Didáctica especial do Grupo A	-	6	6	12	3	2	2	2	9
Didáctica especial do Grupo B	-	-	-	-	3	2	2	2	9
Higiene escolar	3	-	-	3	2	2	2	1	7
Educação física	2	2	2	6	2	2	2	-	6
Desenho e trabalhos manuais educativos	2	3	2	7	-	2	2	2	6
Educação Feminina	2	2	2	6	2	1	-	-	3
Música e canto coral [Educação Musical]	2	2	2	6	2	1	-	-	3
Legislação e administração escolares	-	-	3	3	2	2	-	-	4
Organização política e administrativa da Nação	2	-	-	2	2	2	2	-	6
Educação moral e cívica [Educação Moral]	2	-	-	2	2	2	2	-	6
Prática pedagógica	5	8	8	21	2	4	8	-	14
Total	28	29	25		28	30	27	10	

Figura VI - Plano de estudos das Escolas do Magistério Primário

Fonte: Elaborado pelos autores com recurso à legislação em vigor

O investimento do Estado Novo no modelo escolar para a formação inicial de professores se refletiu na prática através da reabertura das matrículas nas escolas do magistério primário a partir de 1942. Considerando os planos de estudos legalmente definidos, podemos identificar dois subperíodos entre essa data e 1974: um de 1942 a 1960 e outro de 1961 a 1974. O primeiro subperíodo corresponde ao plano de estudos que entrou em vigor em 1942, e o segundo subperíodo é descrito no plano aprovado em 1960. No entanto, mesmo com as transformações ocorridas na formação social portuguesa, o reconhecimento da necessidade de reforma das escolas do magistério primário e o aumento da escolarização, os programas em vigor continuaram sendo os aprovados em 1943 (PORTUGAL, 1943).

Os planos de estudo, além de reduzirem o curso para três semestres (PORTUGAL, 1943), foram posteriormente reduzidos para dois anos quase duas décadas depois (PORTUGAL, 1960), numa tímida tentativa de correção. As disciplinas de cultura pedagógica foram mantidas, mas foram “expurgadas” do que era considerado excessivamente complexo e supérfluo para a função. O objetivo era evitar o que se denominava de pedantismo, seguindo a ideia de que um professor não é um doutor e, por isso, não precisa ter um conhecimento excessivo que poderia prejudicar seu desempenho docente. Os programas eram fundamentados em princípios morais e nacionais catolicistas. Além das disciplinas de expressões, também se mantinha um terceiro grupo de disciplinas de natureza ideológica pronunciada, como Organização política e administrativa da Nação ou Educação feminina.

As alterações introduzidas pelo diploma de 1960 foram pouco mais do que hesitantes. A manutenção dos programas conferiu às mudanças um caráter quase, mas não completamente, nominal (figura 6 - alterações em negrito). Além disso, na Escola do Magistério Primário de Coimbra, alguns professores eram autores de seus próprios manuais ou apostilas, uma prática que permaneceu inalterada. Em essência, prosseguiu-se com o que sempre havia sido feito.

Ainda assim, foram introduzidas alterações. A carga horária das disciplinas de cultura pedagógica aumentou, em detrimento das disciplinas de expressões, devido à redução das horas atribuídas e à criação do 4º semestre. As mudanças mais significativas ocorreram no estágio. Em 1942, o estágio era realizado fora do ambiente da escola de magistério, em escolas primárias oficiais, durante o período de 1º de março a 31 de julho, sob a orientação de professores do ensino primário altamente competentes. A distribuição dos estágios era responsabilidade dos diretores. Com o diploma de 1960, o estágio passou a ser realizado nas escolas de aplicação anexas às escolas de magistério primário, que anteriormente eram reservadas para prática pedagógica. Os professores dessas escolas foram nomeados como orientadores de estágio. Foi estabelecido um conselho das escolas de aplicação, presidido pelo diretor e composto pelos professores dessas escolas e pelos professores de Didática Especial. A esses professores competia coordenar o trabalho realizado pelas duas instituições.

Das aulas pouco podemos adiantar devido à falta de fontes ou registros, porém, podemos esboçar uma compreensão com base na produção bibliográfica de alguns de seus professores. Francisco de Sousa Loureiro, em suas Lições (LOUREIRO, 1950), divide o conteúdo em duas partes: uma dedicada à Pedagogia e outra à Didática Geral. Ele inicia as lições com a noção de Pedagogia - *a ciência e a arte da Educação* - e destaca a natureza integral da formação. Nos capítulos seguintes, ele explora a necessidade, a possibilidade e os limites da educação, as diferentes condições educacionais, os meios de educação e os hábitos. No estudo da Didática Geral, eles começam com o conceito de didática - *a ciência e a arte da aprendizagem* - e depois abordam questões relacionadas à aprendizagem, suas leis, motivação, curvas de aprendizagem e organização. Em seguida, eles se familiarizam com diferentes métodos, desde os passos formais de Herbart até os projetos ou o método de Dewey, incluindo o uso de jogos, centros de interesse e o método acroamático, adaptados cuidadosamente aos valores do Estado Novo. Em relação à Processologia Didática, são abordadas questões como a distribuição dos alunos na sala de aula, o horário e os livros escolares, a preparação das lições, o material escolar e didático, as excursões escolares, os exercícios e exames, e a atitude do professor.

Nas aulas de Didática Especial, ministradas por José Maria Gaspar, os alunos começavam por tomar consciência da didática como uma *forma de conduzir e receber o ensino*, e compreendiam que a Didática, juntamente com a Psicologia, a Higiene, a Moral e outras ciências, estabeleciam as normas que deveriam orientar sua ação na educação. Após discutir o lugar da Didática entre as ciências da educação, eram abordadas as distinções entre a Didática Geral e a Didática Especial. Em seguida, estudavam a condução geral das lições, incluindo o

planejamento e as fases. A parte principal do estudo focava na didática dos diferentes domínios do conhecimento específicos do ensino primário, como Aritmética, Língua Materna, Geografia, História, Trabalhos Manuais e Desenho (GASPAR, 1959).

Notas finais

Em termos de esboço, começa-se por evidenciar como as condições materiais de existência deixam uma marca indelével em nossa perspectiva da educação, assim como em qualquer experiência educativa. No entanto, a análise da evolução dos espaços e edifícios, aliada à análise dos planos de estudo, ilustra a importância das condições simbólicas para conferir sentido ao desenvolvimento da educação.

Destaca-se como a profissionalização docente e o desenvolvimento das instituições de ensino normal ocorreram em estreita articulação com o Estado. Isso, associado à centralidade tradicional do Estado na educação em Portugal, resultou em uma sensibilidade extrema das instituições em relação ao processo de transformação política da sociedade portuguesa. A permeabilidade do Estado em ser influenciado e controlado pelas elites implicou, além das alterações naturais nos objetivos perseguidos pelas instituições, na substituição dos atores, como se pode observar. No entanto, é importante ressaltar que, embora padronizadas pelo sistema de ensino em que estavam inseridas, e inscritas em um tempo com condições materiais e simbólicas específicas — como políticas, culturais ou socioeconômicas —, elas não deixaram de prosperar, resultando na gestão e vivência de uma experiência de destino traçado, com singularidades identitárias.

É inevitável a desarticulação entre a norma e as práticas sociais. Em Coimbra, sua primeira instituição só foi estabelecida no século XX, quase um século após o primeiro ato legislativo que visava sua criação. Logo em 1901 e 1902, nas primeiras escolas criadas, um número significativo de professores não possuía diploma de ensino normal primário, como estabelecido pela lei. O período da Primeira República, marcado por uma volumosa e entusiástica produção legislativa, conviveu com uma correspondência quase inexistente nas práticas sociais do ensino normal primário em Coimbra. Além disso, o que foi estabelecido estava distante das reflexões educativas e da produção científica no campo das Ciências da Educação da época. O Estado Novo, com sua redução brutal e controle dramático, apenas aproximou essa falta de coincidência. Mesmo assim, a alteração do plano de estudos em 1960, em essência, pouco ou nada mudou nas práticas pedagógicas e nos conteúdos ensinados.

Portanto, destaca-se que o processo de construção do ensino normal em Coimbra, assim como no restante do país, não é linear, marcado por avanços e retrocessos, como a transição da Escola Normal Primária para a Escola do Magistério Primário. Além disso, as mudanças sempre são acompanhadas por elementos de continuidade, como o aumento constante do peso das ciências da educação na formação de professores.

REFERENCIAS

BAPTISTA, M. I. **O ensino normal primário**. Currículo, práticas e políticas de formação. Lisboa: Educa, 2004.

COIMBRA. **Folhas de vencimentos da Escola Normal de Coimbra para o sexo feminino (1901-1914)**. Documento manuscrito. Depósito da Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal (n.d.).

ENVERGONHADA, C. **Carta para longe**. Rumo, Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra. Coimbra: EMPC, 1956.

FERREIRA, A. G.; MOTA, L. A formação de professores do ensino liceal. A Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra (1911-1930). **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 26, n. 2, p. 85-109, 2013. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/3247>. Acesso em: 10 nov. 2022.

FREITAS, A. **Relatório da Escola Normal de Coimbra (sexo masculino) relativo ao ano escolar de 1903-1904**. Lisboa: Boletim da Direção Geral da Instrução Pública, fascículo VII-XII, 1905.

GASPAR, J. M. **Apontamentos de Didática Especial**. Coimbra: Livraria Almedina, 1959.

GOMES, J. F. O ensino da pedagogia e da psicologia nas escolas normais primárias. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, v. 30, n. 2, p. 105-160, 1996. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100008. Acesso em: 10 nov. 2022.

HENRIQUES, H. M. G. Escolas de Formação de Professores em Castelo Branco (1898-1988). In: PINTASSILGO, J. (coord.). **Escolas de Formação de Professores em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

LAGE, B. F. **Lições de Metodologia**. Coimbra: Coimbra Editora Ltda., 1922.

LEITÃO, A. C. A. **Elementos de Pedagogia**. Coimbra: França & Arménio Livreiros-Editores, 1918.

LEMOS, A. V. A nova Escola Normal, a cidade e a Liga propulsora da Instrução. Os Novos. **Revista dos Alunos da Escola Normal Primária**, Coimbra, ENP, n. 2, p. 1-3, fev. 1926.

LIMA, L. **A Escola como Organização e a Participação Escolar**: Um estudo da escola secundária em Portugal (1974-1988). Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 1998.

LOUREIRO, F. S. **Lições de Pedagogia e Didática Geral**. Coimbra: Livraria Gonçalves, 1950.

MAGALHÃES, J. **Tecendo Nexos**: História das instituições educativas. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAJOAL. **Recordando**: Rumo, Jornal dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra. Coimbra: EMPC, 1949.

MOTA, L. Confronto ideológico nos primórdios do salazarismo: Uma campanha contra a Escola do Magistério Primário de Coimbra. **Estudos do Século XX**, Coimbra, n. 7, p. 205-227, 2007.

MOTA, L.; FERREIRA, A. G. Instituições de ensino normal primário público em Coimbra (1901-1989). In: PINTASSILGO, J. (coord.). **Escolas de Formação de Professores em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

MOTA, L.; FERREIRA, A. G. A Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra e a Escola do Magistério Primário de Coimbra: a investigação necessária a partir de coisa quase nenhuma. In: MAIA, C.; RIBEIRO, C.; BARROS, A. (coord.). **Arquivos e Espólios de Estabelecimentos de Ensino em Portugal**. Porto: Escola Superior de Educação, Politécnico do Porto, 2018.

NÓVOA, A. **Dicionário dos Educadores Portugueses**. Porto: ASA, 2003.

PINTASSILGO, J.; MOGARRO, M. J.; HENRIQUES, R. P. Das Escolas Normais do Magistério Primário: percurso institucional e enquadramento legal. In: PINTASSILGO, J. (coord.). **Escolas de Formação de Professores em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

PINTO, H. B. M. **A Matemática na Academia Politécnica do Porto**. 2012. Tese (Doutorado em História e Filosofia das Ciências) – Universidade de Lisboa, 2012.

PORTUGAL. **Decreto n. 4, de 19-9-1902**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902.

PORTUGAL. **Decreto n. 5787-A, de 10 de maio de 1919**. Aprova e manda colocar em execução o regulamento das escolas primárias superiores. Diário do Governo, Lisboa, n. 98, 18º Suplemento, I Série, p. 1346A-1346G, 10 mai. 1919a.

PORTUGAL. **Decreto n. 6:203 de 7 de novembro de 1919**. Aprova os programas do ensino primário geral, do ensino primário superior, do ensino normal primário e do exame de admissão às Escolas Normais Primárias. Diário de Governo, Lisboa, número 227, I Série, p. 2229-2385, 7 nov. 1919b.

PORTUGAL. **Decreto n. 8, de 24-12-1901**. Lisboa: Imprensa Nacional.

PORTUGAL. **Decreto-lei n. 32629, de 16 de janeiro de 1943.** Programas das escolas do magistério primário. Diário do Governo, Lisboa, número 12, série I, p. 31-41, 16 set. 1943.

PORTUGAL. **Decreto-lei n. 43369, de 2 de dezembro de 1960.** Altera o plano de estudos das escolas do magistério primário e insere outras disposições relativas ao funcionamento das referidas escolas. Diário do Governo, Lisboa, número 279, série I, p. 2674-2676, 16 dez. 1960.

PORTUGAL. **Escolas de Ensino Normal.** Número de horas de lição semanal destinadas em cada classe a cada disciplina. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.

PORTUGAL. **Instruções para a execução do disposto do artigo 260º, do Regulamento de 19 de setembro de 1902.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1905.

PRETO, F. A. M. **Arithmética prática e Geometria elementar:** Para o ensino das escolas normaes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1903.

PRETO, F. A. M. **Elementos de geometria plana redigidos em conformidade com os últimos programmas officiaes para uso dos alumnos do 1º anno do curso geral dos lyceus.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1881.

PRETO, F. A. M. **Theses de Mathematicas Applicadas.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1873.

SAMPAIO, J. S. **O Ensino Primário 1911-1969.** Contribuição Monográfica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

SANFELICE, J. L. História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, n. esp., p. 20-27, ago. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4912/art4_22e.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

VIÑAO, F. A. Do espaço escolar e da escola como lugar: Propostas e questões. *In*: VIÑAO, F. A.; ESCOLANO, A.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Currículo, Espaço e Subjetividade.** A Arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Sobre os autores

Luís MOTA

Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Educação (ESEC), Coimbra – Portugal. Professor Adjunto. Doutorado em História da Cultura (UC-Portugal). Centro de Estudos Interdisciplinares, Universidade de Coimbra.

António Gomes FERREIRA

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra (FPCEUC), Coimbra – Portugal. Professor Associado. Doutorado em Ciências da Educação (UC-Portugal). Centro de Estudos Interdisciplinares, Universidade de Coimbra.

Carla VILHENA

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve (UALG), Faro – Portugal. Professora Auxiliar. Doutorado em Ciências da Educação (UNL-Portugal). Centro de Estudos Interdisciplinares, Universidade de Coimbra.

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

